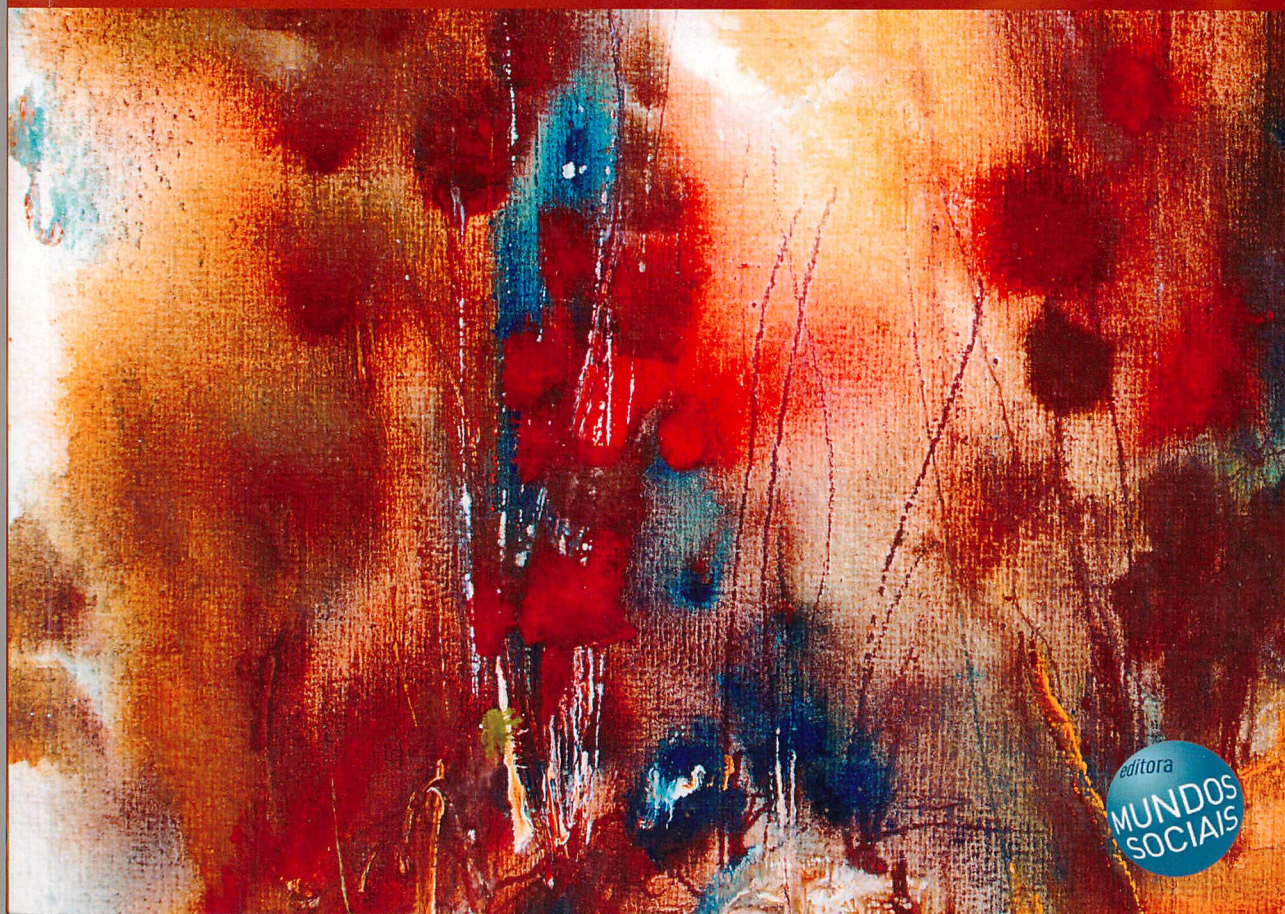


ANÁLIA TORRES,  
HELENA SANT'ANA e DIANA MACIEL  
(organizadoras)

# ESTUDOS DE GÉNERO NUMA PERSPETIVA INTERDISCIPLINAR



## Capítulo 2

### Para não dizerem que não falei dos Estudos sobre as Mulheres

Teresa Joaquim

Centro de Estudos das Migrações e das Relações Interculturais da Universidade Aberta (CEMRI)

A institucionalização dos Estudos sobre as Mulheres em Portugal tem sido dificultada por duas ordens de razões em particular, de ordem institucional e de ordem epistemológica.<sup>1</sup>

De ordem institucional, pelo modo como a própria academia se construiu e se reconstruiu no contexto democrático e como o desenvolvimento das Ciências Sociais foi marcado pelo quadro autoritário que o antecedeu, tendo sido necessária, em primeiro lugar, a consolidação a nível disciplinar, que não se verificou do mesmo modo em todas as áreas, por razões históricas; assim, julgo que a Sociologia e a História se tornaram predominantes, e outras áreas, por razões também elas históricas e talvez de sinal contrário — penso por exemplo na Antropologia que teve de se refazer e repensar os seus objetos e campo de trabalho num período pós-colonial.

As próprias Ciências Sociais são também elas marcadas, e como já disse noutras ocasiões, por alguma falta de reflexão epistemológica, como foi assinalado por exemplo por Irene Ramalho e António Sousa Ribeiro: “[...] um dos aspetos sem dúvida mais perturbadores da vida intelectual portuguesa: a forma como as transições de paradigma ou simplesmente a adoção deste ou daquele modelo teórico ou metodológico se vão fazendo de acordo com uma lógica indiscutida, frequentemente próxima da lógica da moda” (Ramalho e Ribeiro, 1998-1999: 80). E mais recentemente Hermínio Martins (o desejo à *outrance* de internacionalização e de adoção de critérios e objetos de investigação do *mainstream* internacional, e por vezes pouco adaptados/ refletidos no que se está a fazer), ou também textos de Diogo Ramada Curto, entre outros.

É neste contexto, de forma lata, que me permito referir ainda a área da Filosofia, que teve alguns projetos liderados por Luísa Ribeiro Ferreira, mas parece-me

<sup>1</sup> A área de Estudos sobre as Mulheres foi dinamizada em Portugal pela Comissão da Condição Feminina (CCF). O primeiro seminário realizou-se em 1983, na Fundação Calouste Gulbenkian (cf. *ex aequo*, 5, 2001). O primeiro mestrado em Estudos sobre as Mulheres foi criado em 1994 por Maria Laura Bettencourt Pires e por Maria Beatriz Rocha-Trindade, que criou ainda o primeiro centro na área das migrações e das relações interculturais (CEMRI), o qual acolheu a linha de investigação com a mesma designação.

que não sabendo centrar-se e discutir as questões epistemológicas na relação com esta área de estudos. Ou, mais recentemente, o mesmo acontece em torno da discussão sobre novos movimentos sociais ou sobre as questões relacionadas com “o que é um povo?” (Agamben, 2010), na articulação entre Filosofia e Ciência Política e que, de forma lateral, “escamoteiam” as questões das mulheres. Articulação que reputo importante para o trabalho que se realiza nesta área, retomando a sua inspiração de sempre, como vertente teórica de movimentos feministas.

Um texto publicado há vários anos no Brasil (Costa, Barroso e Sarti, 1985) sobre esta área de Estudos sobre as Mulheres tinha como título “Do limbo ao gueto?”, título que indicava uma trajetória desta área de estudos com os seus dilemas passados e atuais, a sua quase não existência — a sua invisibilidade ou uma visibilidade indiferente, retomando as palavras de Jacques Rancière (1993: 1014). A questão do título continua presente nos modos de institucionalização desta área de estudos, no seu impacto possível nas outras áreas, no seu contributo interdisciplinar para elas. Na sua marca de incerteza / instabilidade, retomando um texto bem conhecido de Sandra Harding (1986), na sua proposta de desestabilização das categorias analíticas do conhecimento e na reelaboração de outras racionalidades.

Esperava-se pois que houvesse um maior questionamento epistemológico e não a mera passagem de sexo para género. Já a visibilidade da categoria sexo a nível estatístico foi também preciso pensar/lutar por ela — Guillaumin (1992). Houve assim uma duplicação das dicotomias e a sua manutenção, conforme o texto da historiadora G. Bock (2008). Do mesmo modo género não pode ser um conceito totalitário, à semelhança do que foi o conceito de “classe” na teoria marxista.

Permito-me, pois, referir aqui o meu próprio percurso enquanto aprendiz e docente/aprendiz nesta área e em funções diversas que tenho desempenhado, e a percepção que tenho tido da mesma, em particular a partir da noção de comunidade infigurável de Rancière (1993), e que ele utilizou justamente num texto de análise de um dos volumes da *História das Mulheres*, coordenado por G. Duby e M. Perrot, e no que essa comunidade infigurável, na sua impercetibilidade, se aproxima da ideia de E. Grosz de que, de certo modo, esta impercetibilidade deixa os seus traços e efeitos em todos os lugares, mas nunca caindo na armadilha de uma identidade na sua fixidez<sup>2</sup> ou, de outro modo, essa noção de comunidade infigurável afirma que os contemporâneos, só o futuro os conhece, e que as práticas científicas/teóricas que se estão a elaborar ou que foram elaboradas, o seu reconhecimento pode acontecer ou não, consoante os movimentos sociais, culturais e políticos no presente e no futuro: o que significa que uma obra/ um texto/ um trabalho podem não ser reconhecidos pelos cânones (paradigmas) mas, no entanto, a sua existência ser fundamental para que algo possa acontecer.

2 “Identidade não é um amontoado de cubículos estufados respetivamente com intelecto, sexo, raça, classe, vocação, género. Identidade flui entre, sobre, aspectos de cada pessoa. Identidade [...] é um processo” — Gloria Anzaldúa, “To(o) queer the writer: loca, escrita y chicana”, em Betsy Warland, *Versions: Writing by Dykes, Queers and Lesbians*, Vancouver, Press Gang, 1991, pp. 252-253, cit. em Costa e Ávila (2005: 698).

Julgo que esta questão se aproxima da questão: para que é que serve pensar? Ou o que implica isso para a criação de possibilidades futuras de reconceptualização? E que não está longe da questão da possibilidade de pensamento após Auschwitz, o que nos lembra o poema de Carlos Drummond de Andrade escrito em 1930, que afirma que o poeta é um sobrevivente: "Impossível compor um poema a essa altura da evolução da humanidade / Impossível escrever um poema — uma linha que seja — de verdadeira poesia". E termina: "Desconfio que escrevi um poema".

Impossível escrever um poema ou impossível pensar senão a partir dos restos, do que ficou de fora, como lixo. Aquilo que constantemente estamos a refazer, a deitar fora, seja na teoria, seja a nível empírico, seja a nível das nossas vidas, como algo que fica lá a levantar uma interrogação: "no meio do caminho tinha uma pedra" (Carlos Drummond de Andrade).

Mas também essa pedra fora / no meio do caminho / é o que nos permite resistir e manter a dignidade que nos respeita, saber que nem tudo é aceitável, possível, na linha ética que nos mantém no fio do horizonte.

Esta ideia — "no meio do caminho tinha uma pedra" — que é semelhante ao que Sedas Nunes teorizou sobre o conceito de "pessoa deslocada" aplicado a sujeitos, mas que se pode certamente aplicar a esta área de estudos (Joaquim, 2001: 86).

É também essa noção/questão de deslocamento deixado de lado, posto de parte, que ecoa, por exemplo, em Anzaldúa (1981) ou na poesia de Audre Lorde, neste refazer e recomeçar o que foi deixado de fora como possibilidade de sobrevivência. Anzaldúa que me remete para a atualidade ainda da designação "Estudos sobre as Mulheres" e a obrigatoriedade de ter que justificar ainda a sua utilização, face ao desejo de a ocultar somente por "género" (já que os Estudos sobre as Mulheres já não estavam na moda, e parece-me que nunca estiveram) na sua formulação inicial, num desejo de mudar a vida e o pensamento em simultâneo. Diz Anzaldúa (2005 [1987]: 708) no seu texto "La consciencia de la mestiza":

Sou sem cultura porque, como uma feminista, desafio as crenças culturais/religiosas coletivas de origem masculina dos indo-hispânicos e anglos; entretanto tenho cultura porque estou participando da criação de uma outra cultura, uma nova história para explicar o mundo e a nossa participação nele, um novo sistema de valores com imagens e símbolos que nos conectam um/a ao/à outro/a e ao planeta. *Soy un amasamiento* [mistura], sou um ato de juntar e unir que não apenas produz uma criatura tanto da luz como da escuridão, mas também uma criatura que questiona as definições de luz e de escuro e dá-lhes novos significados.

Consciência mestiça, também ela feita de restos, de mistura, impura, ou, nessa definição de luz e de escuro que tenta dar-lhe novos significados, rompendo com a conceção iluminista do progresso e mantendo-se nessa posição de sobrevivente, nesse entre-espacos, na fronteira como uma ferida aberta (Costa e Ávila, 2005: 699). Estes restos são também eles que fazem / nos fazem esse desejo de pensar, de escrever, como diz bell hooks (1995) sobre o que significa ser intelectual:

intelectual não é apenas alguém que lida com ideias. [...] é alguém que lida com ideias transgredindo fronteiras discursivas, porque ele ou ela vê necessidade de fazê-lo. (Hoks, 1995: 468)

Fronteiras discursivas ou outras que são como “feridas abertas” e que relançam o desejo de conhecer, de pensar... e, por isso, as questões epistemológicas, dos campos disciplinares, da sua visibilidade e, sobretudo, da sua pertinência (dependendo sempre do poder do que detém a palavra), mas que pode nunca ser reconhecida. Ou integrada, tornando-se estável e perdendo o caráter de inovação, incerteza e risco que é o seu timbre, como o de que qualquer objeto ou ser que surge de novo e que provoca *initium*, quer seja na comunidade em geral ou na comunidade científica em particular.

Por isso, a insistência nas questões epistemológicas, porque elas trazem este potencial de, a cada vez, dar visibilidade a sujeitos/objetos deixados de lado (ou não tendo existência enquanto tal) num deslocar, abrir possibilidades e, a cada vez, no que conta como humano nas suas vulnerabilidades, que as filósofas Adriana Cavarero e Judith Butler denominaram num diálogo entre elas “condição humana contra ‘natureza’”:

hoje, o pensamento radical sobre a ética e a política, e, de qualquer modo, o pensamento que julgo mais interessante, não só nega que exista uma natureza humana entendida universalmente, mas tende, sobretudo, a definir o humano mais como referência ao *inumano* do que ao *não-humano*. Não se trata apenas de um jogo de palavras. Assim o não-humano diz respeito — pelo menos tradicionalmente — ao animal. O inumano, por sua vez, alude a uma negação do humano que é interna ao próprio humano. A barbárie de Auschwitz poderia servir de exemplo. (Cavarero e Butler, 2007: 650)

E de novo se retoma a crítica ao projeto do individualismo mais do que do indivíduo, criando/abrindo passagem — no âmbito das Ciências Sociais, por exemplo — para outras formas de conhecimento, deslocadas, “fora do centro” (Ella Shohat, cit. em Costa, 2001). Sobreviventes. Claro como esta questão de Anzaldúa, “falando em línguas: uma carta para as mulheres escritoras do terceiro mundo”:

porque sou levada a escrever? [...] No escrever coloco ordem no mundo. [...] a escrita é uma ferramenta para penetrar naquele mistério, mas também nos protege, nos dá um distanciamento, nos ajuda a sobreviver. E aquelas que não sobrevivem? Os restos de nós mesmas: tanta carne jogada aos pés da loucura ou da fé ou do Estado. (Anzaldúa, 2000 [1981]: 232)

Para concluir, gostava de dizer que há textos que nos comovem como um desejo inicial de outra coisa e, na atualidade, são textos de autoras como Gloria Anzaldúa que me dizem o desejo inicial, a “manhã clara e límpida” de Sophia que, na filosofia, se sabe nunca ter existido como se houvesse sempre, desde já, algo dado. Textos que dizem uma outra possibilidade: a da comunidade e da sua vulnerabilidade a que ligo o belo texto de Hélia Correia “com respeito às palavras”. Diz ela:

No rigor do latim, "indignado" é o que é tornado indigno. E eis, porém, que a palavra não se aceita a ela própria. Empreende uma singular rebelião. Nega a humilhação que cai sobre ela. [...] Como deitou ao chão a sua origem. Como tomou nas mãos a sua vida. [...] Certo é que a palavra é obra do humano e a palavra não cessa de existir. [...] E se podemos aprender algo com o passado [...] é que a dignidade se conquista e que a indignação a isso ajuda. (Suplemento *Ipsilon* do jornal *Público*, 17/01/2014)

Textos que nos obrigam a não esquecer o desejo emancipatório inscrito nesta área de estudos e quanto este desejo é importante, no contexto em que vivemos, para as Ciências Sociais e Humanas, nas quais se deveria fazer a aprendizagem dessa rebelião das palavras e dos conceitos, da indignação para conquistar a dignidade. Deste modo e retomando o título deste texto "para não dizerem que não falei dos Estudos sobre as Mulheres", em que pretendi abordar de forma sucinta as questões ou as tensões que devem irrigar esta área no futuro, na sua dispersão ou em colaborações estratégicas nos múltiplos lugares em que participamos e nas formas diversas que encontramos para reencontrar esses restos deixados de lado, sobreviventes que esperam outras palavras, vozes e escritas.

### Referências bibliográficas

- Agamben, Giorgio (2010), "O que é um povo?", em Bruno Peixe Dias e José Neves (orgs.), *A Política dos Muitos: Povo, Classes e Multidão*, Lisboa, Tinta da China, pp. 31-34.
- Anzaldúa, Gloria (2000 [1981]), "Falando em línguas: uma carta para as mulheres escritoras do terceiro mundo", *Revista Estudos Feministas*, 1/2000, pp. 229-236.
- Anzaldúa, Gloria (2005 [1987]), "La consciencia de la mestiza / towards a new consciousness Rumo a uma nova consciência", *Revista Estudos Feministas* (Florianópolis), 13 (3), pp. 704-719.
- Assmann, Selvino J. (trad.) (2007), "Condição humana contra 'natureza': diálogo entre Adriana Cavarero e Judith Butler", *Revista Estudos Feministas* (Florianópolis), 15 (3), pp. 647-662.
- Bock, Gisela (2008), "Questionando dicotomias: perspectivas sobre a história das mulheres" em Ana I. Crespo, Ana M. Ferreira, Anabela G. Couto, Isabel Cruz e Teresa Joaquim (orgs.), *Variações sobre Sexo e Género*, Lisboa, Livros Horizonte, pp. 78-101.
- Cavarero, Adriana, e Judith Butler (2007), "Condição humana contra 'natureza'" (trad. de Selvino J. Assmann), *Revista Estudos Feministas* (Florianópolis), 15 (3), pp. 650-662.
- Costa, Albertina de Oliveira, Carmen Barroso, e Cynthia A. Sarti (1985), "Pesquisa sobre mulher no Brasil — do limbo ao gueto?", *Cadernos de Pesquisa*, 54, pp. 5-15.
- Costa, Cláudia de Lima (2001), "Feminismo fora do centro: Entrevista com Ella Shohat", *Revista Estudos Feministas* (Florianópolis), 9 (1), pp. 147-163.
- Costa, Claudia Lima, e Eliana Ávila (2005), "Gloria Anzaldúa, a consciência mestiça e o 'feminismo da diferença'", *Revista Estudos Feministas* (Florianópolis), 13 (3), set.-dez., pp. 691-703.

- Guillaumin, Colette (1992), "Femmes et théories de la société: remarques sur les effets théoriques de la colère des opprimées", em *Sexe, Race et Pratique du Pouvoir — L'Idée de Nature*, Paris, Côté-Femmes Editions, pp. 219-239.
- Harding, Sandra (1986), "The instability of the analytical categories of feminist theory", *Signs, Journal of Women in Culture and Society*, II (24), pp. 645-664.
- hooks, bell (1995), "Intelectuais negras", *Revista Estudos Feministas* (Florianópolis), 2/1995, pp. 465-478.
- Joaquim, Teresa (2001), "Estudos sobre as mulheres em filosofia", *ex æquo*, 5, pp. 69-106.
- Joaquim, Teresa (2006), *As Causas das Mulheres: A Comunidade Infigurável*, Lisboa, Livros Horizonte.
- Ramalho, Maria Irene, e António Sousa Ribeiro (1998-1999), "Dos estudos literários aos estudos culturais?", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 52-53, pp. 61-83.
- Rancière, Jacques (1993), "L'histoire 'des' femmes: entre subjectivation et représentation", *Annales, Economies, Sociétés, Civilisations*, 48 (4), pp. 1011-1018.

C  
A  
e  
M  
C  
M  
  
Há mu  
de Est  
démica  
intercâ  
área de  
ra Mar  
munic  
E  
lução  
ção do  
A  
por in  
demia  
insufic  
histór  
I  
Assoc  
1975,  
forma  
movim  
de 197  
lença,  
da, Cá  
O mes  
minis  
a Libe  
] num c